

A TV como escola: o uso educativo da televisão Pré-Ditadura Militar**Eduardo Amando de BARROS FILHO***

Resumo: Independente do modelo televisivo hegemônico em cada país, a função social da televisão e seu papel educativo sempre foram discutidos. No Brasil, desde o início da televisão existiram iniciativas para o seu uso educativo. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em países como a Inglaterra e a França, onde a educação pela televisão se apresentou com uma função complementar, pois quase todos os cidadãos encontravam oportunidades dentro da escola, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a educação pela televisão se apresentou como possibilitadora de exercer uma função substitutiva, constituindo-se em elemento de expansão da rede escolar, multiplicadora das oportunidades de aprendizado e veículo de formação social. Portanto, este artigo ocupa-se em tratar dessa concepção substitutiva das principais iniciativas para o uso educativo da televisão brasileira entre os anos de 1950 e 1964.

Palavras-Chave: Televisão Brasileira. Educação. Programas Educativos.

The TV as a school: the conception of the educational use of television in Brazil

Abstract: Regardless the hegemonic television model in each country, the social function of television broadcast and its educational role has always been discussed. In Brazil, since the beginning of the television, there have been initiatives for its educational use. However, unlike what happened in countries such as England and France, where television education presented itself as a complementary function, since almost all citizens found opportunities within the school, in Brazil, as well as in other Latin American countries, Television education has presented itself as an enabler of exercising a substitutive function, consisting as an element of expansion of the school network, multiplying the opportunities of learning and also a vehicle of social formation. Therefore, this article is about dealing with this substitutive conception of the main initiatives for the educational use of the Brazilian television during the years of 1950 and 1964.

Keywords: Brazilian Television. Education. Educational Programs.

* Professor Doutor – Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel (IMES-SM), São Manuel, Brasil. Rua Quintino Bocaiuva | s/n | Aparecida de São Manuel | CEP 18.650-000| São Manuel-SP.

Introdução

Há muito tempo a televisão tem se constituído em um dos principais meios de comunicação social no mundo ocidental. No Brasil, a partir da década de 1970, a televisão se posicionou como o principal veículo de entretenimento e informação da maioria da população. Muito desse desenvolvimento se deve à ascensão dos militares ao poder, investindo estrategicamente no setor das comunicações, notadamente por questões de segurança nacional, propaganda do próprio regime e como uma das possibilidades para solução dos graves problemas educacionais que o país enfrentava. Com relação à educação pela televisão, foi oficializada uma comissão para a constituição de um Centro Brasileiro de TV Educativa, logo em 1964, e que teve sua efetivação em 1967. Entretanto, debates e iniciativas com relação ao uso educativo da televisão no Brasil ocorreram, pelo menos, desde o início deste meio de comunicação em terras brasileiras, em 1950. Portanto, a partir daquela Comissão, debates e iniciativas foram estudados e avaliados, tanto pelo governo como por alguns setores da sociedade civil, ocupando também as páginas dos principais periódicos da época.

A inauguração oficial da televisão brasileira ocorreu no dia 18 de setembro de 1950, quando foram ao ar as primeiras imagens da TV Tupi, canal 3, de São Paulo, cujo concessionário era Assis Chateaubriand, criador do condomínio comunicacional Diários e Emissoras Associados. Como acontecera anteriormente com o rádio, a televisão no Brasil nasceu da iniciativa privada, tendo o modelo comercial como hegemônico até os dias de hoje.

Em sua primeira fase, a televisão brasileira sofreu com imprevistos provindos de limitações técnicas, falta de profissionais qualificados, altos custos e ausência de uma estrutura empresarial por parte das emissoras. Posteriormente, no início da década de 1960, o setor televisivo foi se profissionalizando e expandindo, começando a fazer frente para o rádio, até então o meio de maior audiência no Brasil. A década seguinte é o momento de consolidação da televisão como principal meio de comunicação brasileiro, contando para isso com a ascensão dos militares ao poder.

Com a adoção do modelo comercial, a televisão brasileira se estabelece com uma programação baseada na lógica de mercado. As grades de programação das emissoras comerciais são compostas de acordo com os índices das pesquisas de audiência, buscando atingir um número maior de telespectadores e visando às receitas com publicidades decorrentes daqueles índices, resultando em programação calcada sobretudo no entretenimento, apoiada nas telenovelas, programas de auditório, seriados e filmes norte-americanos. Sendo assim, a televisão brasileira convive desde seu surgimento com debates acerca de seu papel educativo e social, que vão se aprofundando gradativamente.

Com a televisão ocupando um considerável espaço na vida cotidiana, paulatinamente, o modelo comercial televisivo brasileiro começa a ser mais firmemente discutido, especialmente por segmentos sociais envolvidos com a cultura, educação, ciência e por agentes com experiências com o rádio e o cinema educativo. Ademais, alguns periódicos de grande circulação se ocuparam em apresentar experiências televisivas internacionais, contribuindo para esse debate, em especial as efetivadas na Grã-Bretanha.

Não por acaso, no Brasil, desde o início da década de 1950, existiram iniciativas para a criação de emissoras e programas educativos. Expediente que vai se ampliar no início da década seguinte, especialmente com parcerias entre o poder público e as emissoras comerciais, para exibição de telecursos alinhados aos currículos escolares nacionais.

Experiências internacionais no uso educativo da televisão

Para muitos, a televisão é possuidora de um significativo potencial educativo, aparentemente maior que o do rádio e do cinema. Com relação ao primeiro, a vantagem estaria nas imagens. Com relação ao segundo, residiria no fato de os televisores se encontrarem nos lares dos cidadãos.

Quando a televisão brasileira estava sendo concebida, os modelos televisivos em atividade eram o comercial norte-americano e o público da Europa Ocidental. Os modelos televisivos, norte-americano e europeu, foram marcados por diferenças significativas nas primeiras décadas de suas existências. Apesar de Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos estarem à frente na criação dos primeiros modelos televisivos de transmissão durante o entre guerras, a intensificação das emissões televisivas e o estabelecimento de modelos de TV ocorreram a partir do segundo pós-guerra, momento em que a televisão passava a se infiltrar nos lares, consequência do aumento de sua atratividade e de seu desenvolvimento técnico. Após 1945, os Estados Unidos tomam a dianteira, pois saíram menos enfraquecidos da guerra, seguidos de Inglaterra, Alemanha e França (JEANNENEY, 1996, p. 221-226).

Nos Estados Unidos, o setor era caracterizado pelos canais serem propriedades do governo e operados pela iniciativa privada sob o regime de concessão, como acontecera anteriormente com o setor radiofônico. A primeira emissora televisiva comercial do mundo a entrar em operação foi a norte-americana *Nacional Broadcasting Company* (NBC), então subsidiária da RCA-Victor, com transmissões regulares desde abril de 1939. A principal característica da televisão estadunidense era a grande influência da indústria da propaganda, levando as emissoras a buscar grandes audiências de potenciais consumidores, atraindo verbas do mercado publicitário. A programação das emissoras norte-americanas priorizava o

entretenimento e as notícias, tendo um papel cultural e educativo bastante limitado e mantendo-se afastada dos meios universitários e intelectuais. (JEANNENEY, p. 223-246).

O contrário aconteceu na Europa, onde o modelo público e “pedagógico-elitista” ou “popular-ambicioso” fora proposto desde o início da televisão e marcou o desenvolvimento do meio, sobremaneira na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Países Baixos. A Grã-Bretanha inicia suas transmissões com a *British Broadcasting Corporation* (BBC) em 2 de novembro de 1936. A BBC tornar-se-ia a televisão pública mais conhecida no mundo e considerada como a de mais elevado nível de qualidade. Mais que sua tradição, a rede se tornou um fenômeno de audiência no Reino Unido. Como corporação pública, ela teria como objetivo produzir programas que, ao mesmo tempo, entretivessem, educassem e informassem, além da diretriz de que suas produções fossem livres de interesses comerciais e de tendências políticas. Sua autonomia, em grande parte, é favorecida pela forma de arrecadação e de gerenciamento público, com participação consistente de setores sociais envolvidos ou ocupados com a comunicação social. A BBC é financiada por uma taxa anual cobrada por residência com televisor, além de outras fontes de renda, como a venda de suas produções (JEANNENEY, p. 223-48).

Contudo, independente do modelo televisivo hegemônico em cada país, a função social da televisão e seu papel educativo sempre foram discutidos. Quando a televisão ganhou, depois da 2ª Guerra Mundial, o tremendo ímpeto que só a faria crescer indefinidamente, os países em que sua irrupção se fez sentir em primeiro lugar viram-se diante de um problema. Preocupavam-se com quais efeitos o novo meio iria ter sobre as pessoas, especialmente sobre os jovens. Nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, jornais e revistas refletiam as preocupações diante do novo meio de comunicação social. As famílias se desassossegavam vendo as crianças da casa pregadas à televisão. Colégios soavam os alarmes diante dos deveres que ficavam por fazer. Não faltaram profetas que previam, com a televisão, o fim do hábito da leitura, o fim da cultura.

Entretanto, com o passar do tempo, o que se viu foi a televisão cumprindo, ainda que com ressalvas, um papel educacional e cultural em países onde o modelo comercial foi preponderante, como nos EUA, e em localidades em que foram adotados o sistema público, como Grã-Bretanha e França. Neste país havia transmissões diárias que ocupavam horas com programas exclusivamente educativos, dirigidos às escolas, com uma produção considerada primorosa. Os professores, a princípio, reagiam à ideia, temerosos de que as aulas pela televisão obliterassem a figura do mestre. Mas, na concepção francesa de educação pela televisão, o professor continuaria indispensável, pois ele completaria e iluminaria os programas que, por sua vez, eram um recurso didático antes impensável para as escolas.

Na Grã-Bretanha, logo a educação entrou em circuito fechado de TV, com um canal exclusivo dirigido a colégios e universidades. Os aparelhos televisivos receberiam um canal extra, correspondente à televisão educativa, e vários programas poderiam ser transmitidos simultaneamente. Essa iniciativa era um passo adiante dos programas educativos que já eram transmitidos regularmente pela BBC e pelas emissoras independentes de televisão (JORNAL DO BRASIL, 28/10/1967, p. 6).

Nos Estados Unidos, diante da carência cultural e educativa imposta pelo modelo comercial televisivo adotado, foi aprovado, em 1967, o *Public Broadcasting Act*, que previa a instituição de uma rede de televisão pública. Em 1969, foi criada a *Corporation for Public Broadcasting*, responsável por repartir as verbas públicas destinadas a subsidiar a rede e planificar o desenvolvimento do projeto. Em 1979, foi fundada a *Public Broadcasting Service* (PBS), com objetivo de organizar em rede as emissoras públicas que, com o apoio do governo federal e de mecenas como a Fundação Ford, foram surgindo naquele país. Entretanto, os resultados alcançados por essa rede de televisão se revelaram frágeis e restritos. Mesmo assim, em termos de conteúdo, a PBS se prestou de forma eficiente ao papel educativo, sobretudo diversificando a oferta de programas infantojuvenis, muitos dos quais premiados e exibidos internacionalmente, como o *Sesame Street* (JEANNENEY, 1996, p. 243-246).

Iniciativas para o uso educativo da televisão brasileira

No Brasil, com o estabelecimento de um modelo comercial, com base no padrão televisivo norte-americano, as emissoras brasileiras tiveram, predominantemente, uma preocupação expressiva em associar informação ao entretenimento e ao lucro e, diferentemente das experiências televisivas europeias, colocaram a questão educativa e cultural em segundo plano. O desenvolvimento da televisão brasileira teve como resultado uma programação popular, apoiada nas novelas, programas de auditório, seriados e filmes norte-americanos, visando prioritariamente aos índices de audiências e, por consequência, aos rendimentos das emissoras com publicidade veiculada nos intervalos comerciais de suas respectivas programações.

Apesar disso, entre 1950 e 1964, período caracterizado como a primeira fase da televisão brasileira – quando imperou no campo televisivo nacional uma organização amadorística, altos custos dos aparelhos, limitações tecnológicas e falta de profissionais qualificados – existiram iniciativas para o seu uso educativo. Essas iniciativas partiram de pessoas como Edgard Roquette-Pinto, Gilson Amado e Alfredina de Paiva Sousa que, entre outros, dedicaram parte de suas vidas à utilização dos meios de comunicação como ferramenta para a diminuição das desigualdades de oportunidades no Brasil, buscando

democratizar o conhecimento e também complementando a programação exibida pelas emissoras comerciais.

Uma busca no passado para analisarmos os usos educativos da televisão brasileira mostra que ele se confunde necessariamente com a história do uso dos meios de comunicação, como o rádio e o cinema, para fins educacionais no Brasil, sobretudo por termos entre seus principais propositores, nos três casos, apesar do espaço de tempo entre eles, uma mesma pessoa, o professor Edgard Roquette-Pinto. A razão do uso dos meios de comunicação para educação no Brasil seria, desde os primórdios da proposição de Roquette-Pinto, no início do século passado, “levar educação e cultura para os brasileiros” (SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1974, s/p).

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), formado em medicina, teve como temática de pesquisa os povos indígenas, defendendo a tese de doutorado, em 1906, intitulada *O exercício da medicina entre os indígenas da América*. Ainda perseguindo a temática da reabilitação do índio e do mestiço em geral, faz algumas viagens científicas e publica o ensaio *Rondônia*, considerado sua grande obra. Em razão de seus estudos, foi professor-assistente do Museu Nacional, no campo da Antropologia. Em torno dos seus 45 anos, daria uma guinada em seu caminho e empenhara-se em “[...] difundir a ciência moderna para as camadas populares.” Seu objetivo, dali em diante, seria como “[...] tirar a ciência do domínio exclusivo dos sábios para entregá-la ao povo.” (Roquete..., 1974, p. 36).

Empenhado em sua nova jornada, Roquete-Pinto direciona seus estudos para métodos relacionados à educação popular. No dia 20 de abril de 1923, entrava no ar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a primeira emissora radiofônica do Brasil, fruto do pioneirismo de Roquette-Pinto e de seus colegas da Academia Brasileira de Ciências, que acreditaram no rádio como um meio eficaz de levar educação e cultura por toda a América. A radiodifusão brasileira, assim, nasceu educativa, inspirada no pensamento de que “o rádio é a escola dos que não têm escola” (FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA, 1983, p. 1).

A programação da Rádio Sociedade possuía cursos e programas científicos que abordavam temas como física, química, história natural e botânica; além de palestras destinadas ao público feminino; histórias com ensinamentos de valores éticos e morais para crianças; recomendações médicas, como dicas de higiene; e informações ligadas à agricultura. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro contou com a colaboração de diversos intelectuais do período, incluindo uma participação notável, do físico Albert Einstein, em sua visita ao Brasil, feita em 1925. Em 1936, a emissora foi transferida para o Ministério da Educação, passando a se chamar Rádio MEC (TEIXEIRA, 2015, p. 81).

Os anos de 1930 são marcados pelo crescimento do setor radiofônico, que vai se profissionalizando e sendo dominado pelo modelo comercial de exploração. O modelo rádio sociedade/clube, adotado no início do meio no Brasil, vai sendo superado, dificultando a viabilidade de uma emissora educativa como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que, no momento de sua doação, passava por problemas financeiros. Entretanto, para que essa emissora radiofônica mantivesse sua diretriz inicial, Roquette-Pinto buscou, transferindo para o Ministério da Educação e Saúde, que sua autonomia e seu perfil educativo fossem preservados (VALENTE, 2009, p. 53).

Dois anos antes da doação da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto criou a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Rádio Roquette-Pinto, fruto de um projeto que havia elaborado em meados da década de 1920 para organização de radioescolas em todos os municípios brasileiros. Em 1936, fundou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). O ideal para Roquette-Pinto era que o rádio e o cinema fossem, no Brasil, “a escola dos que não tinham escola” (FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA, 1983, p. 1).

Após uma série de proposições, tentativas e realizações concretas com relação aos usos educativos dos meios de comunicação no Brasil, foi criado, em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC (SER) e, por muitos anos, a Rádio MEC apresentou uma série de programas educacionais. Durante as décadas de 1940 e 1950 aquelas iniciativas e realizações continuaram, sobretudo por intermédio do Movimento de Educação de Base (MEB), que intensificou aquelas ações, notadamente por meio de campanhas de alfabetização e de atividades no meio rural, através das ondas do rádio. Desde a década de 1950, ampliou-se a utilização de filmes educativos iniciada em 1937, sobretudo para fins de ilustração e de motivação em sala de aula (SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1974, s/p).

Enquanto a televisão dava os seus primeiros passos no Brasil, Edgard Roquette-Pinto projetou, poucos anos antes de sua morte, seu uso como ferramenta de ensino, seguindo seus projetos anteriores para o rádio e o cinema, e dedicou-se pioneiramente na criação de uma emissora de televisão educativa. Em 1952, o Rio de Janeiro esteve muito próximo de ganhar uma televisão educativa que, apesar de ter praticamente data marcada para inauguração, só não foi ao ar por questões políticas. Com verba votada pela Câmara dos Vereadores e aprovada pelo Tribunal de Contas, a Prefeitura adquiriu equipamentos de TV de uma firma norte-americana, a Dumont, que se comprometeria em montar a emissora em um curto prazo. Enquanto, no Rio, começaram a ser construídos os estúdios para abrigar a futura emissora. Após o pagamento da primeira prestação e quando todo o equipamento já se encontrava armazenado em Nova York, apenas aguardando embarque, o antigo prefeito

foi substituído. Em poucos dias, e por motivos não explicitados, o novo edil carioca paralisou as obras dos estúdios, interrompeu o pagamento das prestações restantes e não providenciou o embarque das câmeras e demais equipamentos técnicos. Por vários meses, o equipamento ficou deteriorando no cais de Nova York, e como a Prefeitura do Distrito Federal não teria se ocupado em responder aos insistentes contatos da firma norte-americana, esta teria cancelado o contrato que havia firmado, perdendo assim a municipalidade os 70 mil dólares da prestação inicial (O Escândalo..., 1960, p. 16-9).

Apesar da tentativa frustrada em criar logo na primeira década da televisão no Brasil uma emissora educativa pública, desde o início, nos anos de 1950, os programas educativos estiveram presentes na televisão brasileira, embora tivessem pouco espaço na composição das grades de programação das emissoras comerciais. Em 1951, a TV Tupi do Rio de Janeiro exibia um programa no qual eram dadas explicações sobre como proceder no trânsito, conduzido por uma autoridade na área. Apesar de a revista *O Cruzeiro* também pertencer aos Diários Associados, proprietários daquela emissora televisiva, em suas páginas foram ressaltados os benefícios que programas desse tipo poderiam trazer para a população, especialmente por julgar que a produção do programa tinha a preocupação em apresentar explicações sobre o trânsito por meio de uma linguagem simples, clara e atrativa, portanto, acessível a todos os telespectadores (A famosa..., 1951, p. 48).

No mesmo ano, a TV Tupi de São Paulo levou ao ar dois cursos que seriam destinados às mulheres, um de língua inglesa e outro de artes culinárias. As aulas de inglês transmitidas pela TV eram fruto de uma parceria com o Instituto Yasig, que possuía método próprio e considerado de fácil compreensão. Intitulado “Mister Pep na TV”, sendo o personagem título um professor universitário com uma caracterização própria, o programa era composto por aulas com ilustrações e brincadeiras, visando à dicção e à escrita do idioma. O programa de culinária, *Veja como se cozinha*, era apresentado pela professora Marialice Prestes. A cada edição semanal era exibido como fazer uma determinada receita, buscando ensinar técnicas culinárias por meio de uma linguagem considerada atraente e descontraída (Educar..., 1951, p. 12).

Na década de 1950, a TV Rio também apresentava um programa dedicado ao ensino da língua inglesa. O *Inglês com Fisk*, ministrado pelo norte-americano Richard Hugh Fisk, que veio para o Brasil no início daquela década. O programa consistia em uma aula de conversação em inglês. Até mesmo a expansão da rede de cursos de idiomas Fisk, no Brasil, a partir da década de 1950, foi graças, em parte, ao reconhecimento de seus métodos por meio da publicidade gerada pela televisão (Aprendendo..., 1960, p. 9).

Os cursos de idiomas também eram transmitidos por emissoras de rádio, então principal veículo de comunicação do país. No início da década de 1950, o Instituto Brasileiro

de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou uma pesquisa sobre o desejo dos brasileiros em acompanharem aulas pelo rádio. Os resultados apontaram que 67% dos entrevistados responderam sim, 32 % responderam não e apenas 1% não tinha uma opinião formada sobre o assunto. Quando separados por classificação de renda, 72% dos menos abastados, 64% da considerada classe média e 42% da classe considerada alta eram favoráveis à rádio-aula. Os temas preferenciais apontados pelos participantes da pesquisa para o uso educativo do rádio foram: Português, Inglês, Matemática, Costura, Francês, Arte Culinária e Economia Doméstica. (O povo..., 1951, p. 49). Dados que podem explicar os primeiros temas escolhidos pelas emissoras comerciais de rádio e televisão para transmissões estritamente educativas.

Em 1960, a iniciativa de criação de uma emissora com o nome de “Cultura” pode ser tomada como uma antecipação por parte de Assis Chateaubriand, grande empreendedor do campo da comunicação social, à concorrência, em um momento de crescimento do debate e das demandas pelo uso da televisão brasileira com propósitos educativos, inclusive dentro da órbita do Estado, resultando em uma legislação atinente à matéria, o Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962 (BARROS FILHO, 2011, p. 123-125).

Entretanto, os custos elevados para o uso educativo dos meios muitas vezes assustaram os empresários das comunicações, sobretudo quando não se via a possibilidade de uma razão custo/benefício adequada. Mas as emissoras comerciais puderam, por intermédio de parcerias com o poder público, viabilizar projetos para a transmissão de cursos regulares, alinhados aos currículos escolares, visando também sanar as carências educacionais brasileiras. A partir de 1960, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, o aproveitamento da televisão como instrumento de ensino tomou um caráter mais orgânico e permanente.

O primeiro curso de educação popular pela televisão da América do Sul foi produzido em São Paulo, em 1961, fruto de uma parceria entre a TV Cultura e a Secretaria da Educação. O telecurso de admissão ginasial foi produzido sob orientação do TV-Escolar, órgão daquela Secretaria, e transmitido pelo Canal 2 de São Paulo. O *Curso de Admissão pela TV* foi ao ar pela primeira vez no dia 1º de março de 1961, no período da manhã (BARROS FILHO, 2011, p. 64-258).

Em 1963, por meio de um decreto do governador Adhemar de Barros, foi instituído o Serviço de Educação e Formação de Base pelo Rádio e Televisão (Sefort), na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O objetivo do decreto era instituir cursos voltados para o nível elementar, bem como a organização de cursos complementares de interesse social. A partir daquele decreto, a Secretaria da Educação anunciou a assinatura de um convênio com a TV Cultura para transmissão de dez horas semanais de programação educativa. Além do curso de admissão que já estava no ar há dois anos pela emissora, foram transmitidas aulas

de literatura, artes plásticas, educação musical, educação de base, vestibular e curso de madureza ginásial (BARROS FILHO, 2011, p. 64-258).

No Rio de Janeiro, em 1961, foi instituída a Fundação João Batista do Amaral com a finalidade de promover a educação de base para adultos e adolescentes por intermédio da televisão. João Batista do Amaral era proprietário da TV Rio, canal 13, criada em 1955. Entre 1961 e 1965, foram produzidas duas séries de telecursos, sendo a primeira composta de 78 programas para alfabetização e a segunda com 70 programas destinados aos recém-alfabetizados. O principal objetivo de João Batista do Amaral era estabelecer parcerias com o poder público para a produção de telecursos para, além de serem exibidos pela sua TV Rio, serem comercializados com outras emissoras (BARROS FILHO, 2017, p. 75).

No dia 29 de outubro de 1962, a TV Rio levou ao ar o primeiro curso de educação de base pela televisão no Brasil, destinado à alfabetização de adultos, cuja programação diurna passou a ser reservada à educação. No ato de inauguração do telecurso foi transmitida uma mensagem gravada pelo presidente da República, João Goulart, em que afirmou, entre outras coisas, que o uso da televisão para educação propiciaria uma aprendizagem mais suave, mais rápida e mais eficiente. Segundo as palavras do presidente, seria a televisão o grande instrumento para educação de base, que era a necessidade de milhões de brasileiros, adultos e adolescentes, dominados pelo analfabetismo (Inaugurado..., 1962, p. 45).

O projeto de educação pela televisão da Fundação João Batista do Amaral, denominado TV-Escola, foi coordenado pela professora Alfredina de Paiva Souza, tendo o poder público e a iniciativa privada mantido uma rede de telepostos conectados à TV Rio e às suas parceiras.

Ainda no Rio de Janeiro, no início da década de 1960, a TV Continental passou a exibir alguns programas educativos pertencentes ao projeto educacional “Universidade Sem Paredes”, idealizado e dirigido por Gilson Amado. Este teria aproveitado o caos artístico e financeiro pelo qual passava o Canal 9 e conseguido sorrateiramente incluir na grade da emissora, sem patrocinadores e nos horários noturnos, uma linha de programas que, além de debates, promovia telecursos. Embora produzidos em condições precárias, o Canal 9 apresentou programas educativos como *Artigo 99*, *Mesas-Redondas*, *Let’s Learn English*, *História da Liberdade no Brasil*, *Educação Familiar* e *Os Mistérios da Pintura Moderna* (BARROS FILHO, 2017, p. 76).

O *Artigo 99* tinha como objetivo a preparação para o vestibular. Transmitido diariamente, o programa consistia em teleaulas ministradas por professores de Português, Geografia, Matemática, Ciências e História. Foram confeccionadas apostilas para o acompanhamento da cada disciplina do programa, impressas pela Bloch Editores e distribuídas gratuitamente. O telecurso teria chegado a ter 10 mil candidatos. Sua linguagem

era considerada de fácil penetração e poderia atingir os mais diversos estratos de telespectadores. O programa chegou a ganhar prêmios internacionais, além de ser copiado por outros países (BARROS FILHO, 2017, p. 76).

Outros estados federativos brasileiros também compartilharam dessa tendência de usar a televisão como instrumento de educação. Iniciativas a esse respeito surgiram das mais diversas formas, envolvendo Secretarias da Educação e/ou Universidades. No Rio Grande do Sul, ainda que em circuito fechado funcionou, desde 1958, a emissora de TV Educativa da Universidade de Santa Maria. Em 1961, o governo do estado de Minas Gerais buscou servir-se do rádio e da televisão, por meio da criação de um grupo de trabalho, para auxiliar no projeto de alfabetização, no qual se empenhava a Secretaria da Educação. Em Santa Catarina, foi criada a TV-Rádio Ginásio, em 1964. (Alfabetização..., 1961, p. 5).

A concepção da televisão como escola dos que não têm escola

Os sistemas de ensino vigentes na América Latina evidenciavam a incapacidade de atender toda sua população no nível mínimo de instrução. A distribuição desigual de oportunidades refletia na estratificação social, pois quase metade da população latino-americana empregada não tinha acesso à educação. O desejo e o esforço para identificar formas de educar as camadas sociais marginalizadas exigiam uma ótica diferente. A população crescia na América Latina com taxas mais altas do mundo. O índice de deserção escolar situava-se em torno de 54%. A porcentagem de analfabetismo caíra, entre 1950 e 1960, de 41% para 33%, mas o número dos que não sabiam ler passaria de 35,3 milhões para 37,6 milhões, que era a população à margem do consumo tanto de livros como de artigos de primeira necessidade (BARROS FILHO, 2017, p. 80).

Diante desse quadro educacional, as potencialidades da televisão se apresentavam como possibilitadoras de serem usadas para mensagens educativas e culturais, facilitada pela conversa informal entre telespectador e TV. A televisão revelava-se para os países latino-americanos como o meio de comunicação com maior potencial para estimular e desenvolver social e culturalmente os cidadãos. Por intermédio da televisão seria possível colocar, ao alcance de todos, o melhor da arte e dos conhecimentos criados até então.

Na América Latina a televisão pôde atuar até como um fator de união entre as pessoas. Um ponto de encontro e possível consenso entre as diversidades.¹ Notadamente em países com dimensões continentais e com carências educacionais, o que torna a formação de um sentimento nacional ainda mais complexa.² A televisão possibilitaria o encontro entre regionalismos e poderia sintetizar características nacionais, assumindo um papel de integração nacional.

Na maioria dos países latino-americanos, como o Brasil e o México, a televisão se apresentava como teatro, cinema e entretenimento da maioria da população, podendo funcionar até como escola. Entretanto, nem todos os países da América Latina tinham condições, em razão de um desenvolvimento mais modesto da televisão, de fazer uso deste meio como uma ferramenta para sanar a fragilidade de seus sistemas educacionais, como Bolívia, Costa Rica, Equador e Paraguai.

Diante desse dramático quadro educacional, pessoas como Gilson Amado buscaram utilizar a televisão como ferramenta de ensino. Entre tantos feitos, que lhe renderam a alcunha de “pai da televisão educativa brasileira”, e cujo busto se encontra exposto na entrada do prédio principal da atual Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Gilson Amado iniciou sua carreira na área de comunicação na extinta Rádio Mayrink Veiga, no início da década de 1950, onde permaneceu por 15 anos e criou, a partir de seus comentários sobre a Assembleia Nacional Constituinte, as famosas mesas-redondas que, posteriormente, levaria para a televisão. Em 1962, sonhou com a possibilidade de difundir educação por meio da criação de uma emissora educativa de televisão, que seria mantida pelo governo. A concretização plena desse sonho demorou até 1975, quando a TVE do Rio de Janeiro entrou no ar, pelo Canal 2, vinculada à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, criada em 1967, e que teve Gilson Amado como seu primeiro presidente (FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA, 1983, p. 15-6).

Em 1962, Gilson Amado lançou a “Universidade de Cultura Popular”. Nesse período, segundo ele, teria se processado a conscientização da importância da educação como condição básica de desenvolvimento socioeconômico do país. A educação teria deixado de ser entendida como subproduto de riqueza e progresso para ser reconhecida como agente do processo de valorização nacional. Vivia-se, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, um clima propício para a televisão educativa (FUNDAÇÃO ROQUETE-PINTO, s. d., p. 1-2).

Em texto sem data, Gilson Amado afirmava que a utilização da televisão para educação estava realizando, no mundo inteiro, experiências vitoriosas no campo de enriquecimento do ensino e, sobretudo, introduzindo no âmbito escolar as miraculosas conquistas da tecnologia moderna, não só no que se referiria aos instrumentos audiovisuais mais avançados, como a presença da forte expressão pedagógica. O Brasil teria as condições necessárias para realizar a primeira experiência, em larga escala, de utilização da televisão para ensinar e habilitar, com títulos formais, grandes parcelas da população. Milhões de brasileiros que não foram à escola na época própria participavam de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, de tal modo que a sua recuperação educacional assumiria, em certas esferas de atividades, proporções de sobrevivência social. Sem a habilitação educacional e o conhecimento pedagógico nos diversos níveis, não poderiam afirmar-se no quadro da nova

realidade socioeconômica brasileira e promover sua ascensão social, seja dentro das empresas, seja nos múltiplos campos que poderia o trabalhador participar dos benefícios do progresso.

Como seria fácil compreender, nos países desenvolvidos, que dispunham de tecnologia e know-how de alto nível, nunca se imporia, como objetivo a ser valorizado, a perspectiva de uma televisão didática, em termos de cursos regulares, capazes de preparar candidatos para exames e conquistas de certificados, uma vez que existiriam, nos referidos países, amplas disponibilidades em todos os graus, nas estruturas convencionais de ensino. A televisão educativa, no Brasil, teria que ser não apenas o auxílio audiovisual do professor e dos sistemas escolares, mas sim a escola em si mesma, com autossuficiência pedagógica, capaz de ensinar independentemente da infraestrutura convencional das escolas regulares. Gilson Amado via como necessária a televisão educativa levar aos mais distantes rincões do país, com os melhores padrões pedagógicos, os ensinamentos curriculares que, com extrema dificuldade, vinham sendo transmitidos (FUNDAÇÃO ROQUETE-PINTO, s. d., p. 1-2).

Assim como Gilson Amado, a professora Alfredina de Paiva Souza acreditava no relevante papel que a televisão teria para sanar os problemas educacionais brasileiros e que, para tanto, o uso educativo da televisão poderia desenvolver-se em dois planos básicos, interligados e interdependentes. O primeiro, de caráter educativo geral, voltado para a promoção socioeconômico-cultural da comunidade, dirigida às grandes audiências indiscriminadas, por meio de mensagens que oferecessem um valor informativo. O segundo, de caráter instrutivo, obedecendo a uma planificação que acompanharia as linhas mestras dos sistemas escolares tradicionais, tendo em mira audiências limitadas, selecionadas quanto aos níveis culturais e aos interesses profissionais. Os programas, ao serem lançados ao ar, deveriam, em geral, ficar ao alcance de todos os indivíduos, podendo captar a atenção e despertar o interesse de audiências não previstas, desde que o conteúdo, forma de apresentação e técnica de realização se harmonizassem e se equilibrassem (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Para ela, a televisão seria um meio de comunicação que poderia ser utilizado com grande êxito para transmissão de conhecimentos e técnicas. Não constituiria novos métodos de ensino, mas possibilitaria a aplicação dos métodos já existentes em novas formas, trazendo-lhes o poderoso impacto da imagem conjugada ao som e transmitidas para inúmeros indivíduos. Como todo veículo de comunicação, a televisão poderia ser bem ou mal conduzida, poderia transportar valores considerados positivos ou negativos, poderia provocar bens ou males irremediáveis, poderia servir de instrução para promoção ou para degradação humana (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Segundo Alfredina de Paiva Souza, para que a televisão servisse eficientemente como ferramenta educativa dependeria de um entrosamento harmonioso e equilibrado da ação de educadores e de técnicos, de forma a assegurar o entendimento a seis pontos básicos: a audiência, a quem se dirige a mensagem; o programa, o conteúdo, o tipo de forma da mensagem; a transmissão, o transporte da mensagem; a recepção, a situação de acompanhamento, ou seja, o reforço da mensagem; e a avaliação, a análise dos efeitos da mensagem. Evidentemente, um meio de comunicação só poderia ser utilizado de maneira segura por aqueles que aprendessem o manejo e que conhecessem os princípios fundamentais de seu funcionamento. Só poderia ser virtuoso no plano aquele que estudou para dominar o instrumento. Portanto, preparar educadores e técnicos para a televisão educativa seria a tarefa inicial para atendimento aos seis pontos básicos. Expediente para o qual a professora destinou boa parte de seus esforços (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Nenhuma produção televisiva poderia ser planejada sem uma clara perspectiva da audiência a que se iria servir. A televisão comercial visaria às grandes audiências e, na competição que se estabeleceria para conquistá-las, muitas vezes se faria a nivelação dos indivíduos pelos interesses “da massa”. Daí decorreriam frequentemente programas vazios de conteúdo formativo, expostos em linguagem destituída de beleza quanto à forma, providos de um sensacionalismo em focalizar falhas e fraquezas humanas e da falta de equilíbrio no destaque de valores reais (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Para Alfredina de Paiva Souza, patentemente, a televisão educativa precisaria evitar uma atitude competitiva. Ela deveria inserir-se nos interesses de vivências daqueles aos quais pretende atingir, deveria falar a linguagem que penetrasse nos ouvidos e sentimentos, levando-as a pressentir novos mundos além da realidade imediata de seu cotidiano, trazendo a seu alcance, gradativamente, os valores culturais e morais, que são a herança e o apanágio da espécie humana (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Conforme asseverava, toda e qualquer radiodifusão educativa precisaria oferecer programas em linguagem audiovisual simples, mas bela, na qual os valores considerados positivos ensinassem a ouvir e a ver, e despertasse o desejo de construir e semear, de criar e distribuir, de cooperar e de servir. Sendo assim, nenhum programa educativo de televisão poderia ser vazado em termos de uma explicação tediosa e vaga diante de microfones e câmeras. Aquilo que um professor diz na sala de aula, diante de uma turma, ou um conferencista expõe, em um salão, perante um grupo, viria revestido da simpatia de sua presença e do estímulo de um possível diálogo imediato, viria enriquecido do calor humano que se irradiaria da comunicação direta; um olhar, um sorriso, um gesto. Colocar microfones e câmeras para acompanhar essa aula ou essa conferência seria privá-las dos seus fatores

naturais de influência e transformá-las em um programa sem significação real (Televisão..., 1969, p. 25-32).

A televisão, assim como o rádio, seria um instrumento com forma própria de expressão, com linguagem e pontuações que lhes são características que diferem da linguagem e pontuação do colóquio direto. Para bem utilizá-la, seria mister conhecê-la, pois, sem conhecê-la não seria possível conquistar o interesse da audiência que se pretende atingir. Seria a audiência, nas suas características peculiares, que permitiria o efetivo uso do rádio e da televisão como meio para a educação. Pois, por exemplo, muito do que servia para uma grande cidade seria, provavelmente, de pouca valia para um habitante da zona rural distante (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Por fim, segundo Alfredina de Paiva Souza, fazer televisão educativa em emissoras comerciais, por maior que seja a generosidade e o interesse das mesmas pelo público, seria correr o risco de utilizar apenas as horas ociosas das emissoras, sem atingir os indivíduos que se pretendia educar. Por outro lado, nenhum programa educativo poderia produzir frutos valiosos se não houvesse, por parte dos usuários, dos professores de classe e dos monitores, uma compreensão justa da posição desse programa no contexto geral da educação. Mais ainda, a equipe de produção deveria ter consciência plena dos fins educativos visados, sem perder contato com a realidade social (Televisão..., 1969, p. 25-32).

Alfredina de Paiva e Souza fez essas afirmações em um momento que o uso educativo da televisão tem seu debate ampliado, notadamente com a criação da FCBTVE e da compra da TV Cultura pelo governo do estado de São Paulo, ambas em 1967, e a criação da TV Universitária do Recife em 1968. Entretanto, sua análise é baseada nas experiências com programas educativos exibidos pelas emissoras comerciais, e nas teleaulas, que também foram exibidas por essas emissoras, na maioria dos casos em parcerias com poder público e para suprir as carências educacionais do Brasil, desde 1950. Portanto, suas assertivas buscam, em especial, o aprimoramento das experiências com televisão educativa brasileiras vividas até aquele momento, apontando seus principais defeitos, como a atratividade desses tipos de programas junto aos telespectadores, assim como o interesse comercial das emissoras privadas sendo determinante na formulação de suas grades de programação. Entre os principais problemas enfrentados pela programação considerada educativa estaria a falta de profissionais qualificados que encontrassem uma linguagem atraente, capaz de adequar conteúdos escolares à dinâmica televisiva.

O fato é que o rádio, o filme ou a televisão educativos não alteraram a ideia básica que caracterizou os primórdios da educação pelos meios de comunicação no Brasil, ou seja, a dicotomia entre os meios e fins, e a utilização do meio, muitas vezes, divorciada de um sistema. O uso desses meios constituiu muito mais na repetição da mesma ideia pedagógica,

da mesma sistemática educacional, apenas usando novos meios. Além disso ter aparentemente se realizado sem provocar progressos palpáveis ou sensíveis na pesquisa, avaliação e formulação de alternativas para a educação, a instrução e a cultura.

Considerações Finais

Portanto, existiu uma distinção importante na concepção do uso educativo da televisão em países como França e Inglaterra e no Brasil. Nestes países europeus a educação pela televisão se apresentou com uma função complementar, pois quase todas as crianças em idade escolar e quase todos os jovens nos diversos estágios de formação educacional já encontravam oportunidades dentro da escola. No Brasil e em outros países da América Latina a educação pela televisão se apresentou como possibilitadora de exercer função substitutiva, constituindo-se num elemento de expansão da rede escolar, multiplicadora das oportunidades de aprendizado e veículo de formação social.

A educação pela televisão no Brasil surge com a incumbência de suprir as fragilidades do sistema educacional brasileiro e de complementar a programação atrelada à lógica de mercado das emissoras televisivas. Tratando-se de um país com gigantescas dimensões, com graves problemas educacionais, pessoas como Roquette-Pinto, Alfredina de Paiva Souza e Gilson Amado, buscaram a utilização de um meio de comunicação que cada vez mais alcançava a simpatia dos brasileiros para buscar vencer esse dramático desafio no campo da educação. Como as primeiras realizações nessa área se deveram à antevisão de alguns, dada a sua premência, escapou a uma reflexão, a um planejamento, a uma previsão ou a uma organização mais profunda. Até meados da década de 1960, houve uma aparente antecipação, na qual os programas, projetos e realizações com o intuito de usar os meios de comunicação, no caso em tela, a televisão, como uma alternativa para sanar os graves problemas educacionais brasileiros, antecederam ao estabelecimento de uma política pública e de uma diretriz nacional para tal empreitada.

Essa inserção assistêmica deveu-se, entre outros fatores, a uma possível resistência do setor educacional, que pensava a televisão como um complemento da educação formal. Um outro fator, responsável por esse relativo insucesso de inserção em um sistema, seria a influência, sobretudo no caso da TV, do modelo de operação comercial, que contava com objetivos diversos daqueles que serviriam a uma televisão educativa. Ademais, seria possível notar o uso praticamente amadorístico, do ponto de vista pedagógico, dos meios de comunicação, não só quanto ao processo de produção, mas também quanto aos produtos, avaliação, controle de custos, ao paralelismo do sistema educacional, entre outros. Encontravam-se, na educação pelos meios de comunicação, os considerados bons

produtores, boas imagens, bons professores, sempre “bons” em termos de gabarito e conhecimentos, mas que não se revelavam ainda grandes pedagogos e tecnólogos educacionais. Por fim, está o fato de que, no Brasil, os programas educativos geralmente eram considerados “maçantes”, “cansativos”, ou quando destinado à “alta cultura”, “elitistas”, situação que restringia sua atratividade e conseqüentemente sua audiência. Aparentemente, poucos telespectadores queriam aprender algo enquanto estavam se divertindo e, se a televisão, o rádio, ou o filme de diversão tentassem ensinar, o espectador, podendo, mudaria de estação.

Entretanto, os debates, as iniciativas e a realização para o uso educativo dos meios de comunicação foram um passo importante para o desenvolvimento de futuros telecursos, para a constituição de novas parcerias entre emissoras comerciais e poder público, para criação de emissoras televisivas estritamente educativas e pela busca em sistematizar essas ações em torno do governo federal. Não por acaso, logo em 1964, iniciou-se o projeto para criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa com a finalidade de produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa. Com esse ato, o Estado brasileiro, então, sob o mando do regime militar, encampou as definições e iniciativas em direção a uma televisão educativa, inaugurando um segundo momento para esse modelo televisivo no Brasil.

Recebido em: 27/01/2017

Aprovado em: 06/04/2017

NOTAS

¹ Cf. CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

² Cf. MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONTES

Diário de S. Paulo, São Paulo, período 01/1950 – 12/1974.

Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. *Revista Espaço Funtevé*, período, 01/1983-12/1983.

Fundação Roquete-Pinto. *Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s. d..

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, período 01/1964 – 12/1981.

Jornal do Brasil. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Rio de Janeiro, período 1965-1974.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, período 01/1950-12/1974.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, período 01/1950 – 12/1981.

Publicidade e Negócios, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960.

Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura. *Programa nacional de teleducação: reunião de dirigentes do MEC*. Brasília, 1974.

Veja, São Paulo, período 9/1968-12/1981.

REFERÊNCIAS

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. *A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa: debates, projetos e práticas à produção e difusão de conteúdos tele-educativos na Ditadura Militar, 1964-1981*. 2017. 301f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos. *Das ondas do rádio ao papel dos jornais: desenvolvimento da radiodifusão e autonomia política da imprensa no Brasil, 1931-1937*. Assis, 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. *TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira*. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília.